



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2004 (Do Sr. Promotor Afonso Gil)

Requer a Comissão de Direitos Humanos que tome as devidas providências a respeito das denúncias de tortura policial contra presos no Estado do Piauí apresentadas ao Movimento Nacional de Direitos Humanos em parceria com o Ministério da Justiça.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência que sejam tomadas as devidas providências a respeito das denúncias de tortura policial contra presos no Estado do Piauí apresentadas ao Movimento Nacional de Direitos Humanos em parceria com o Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo denúncias apresentadas ao nosso gabinete parlamentar, a prática da tortura policial contra presos e o uso da força física e da brutalidade no momento da prisão no Estado do Piauí vêm fazendo parte do cotidiano piauiense.

O relatório do Movimento Nacional de Direitos Humanos feito em parceria com o Ministério da Justiça, apontou a existência de torturas praticadas contra presos e cidadãos comuns no Piauí. Foram diagnosticados 23 casos de torturas em presídios, delegacias distritais e relacionados à violência de policiais e agressões físicas de pais contra os filhos. De acordo com o relatório, o recordista em prática de tortura é a Polícia Civil, em segundo lugar ficou a Polícia Militar e em terceiro os agentes penitenciários.

Podemos citar como exemplo da tortura policial no Estado, a ocorrência dos maus-tratos na Penitenciária José de Deus Barros localizada no município de Picos, conforme Investigação Preliminar realizada pelos Promotores de Justiça Assuero Stevenson Perreira Oliveira (1º vara da Comarca de Picos), Itaniele Rotondo (Comarca de Picos), Regis de Moraes Marinho (2º Vara da Comarca de Picos), Tarcízio Moura (Coordenador do DECOM de Picos) e José Eduardo Carvalho Araújo (Comarca de Picos), cópia segue em anexo. No depoimento realizado, as vítimas da tortura relataram que nas celas vêm sofrendo ameaças e são submetidas a tratamentos desumanos e degradantes pelos agentes penitenciários e não há saneamento básico adequado e nem atendimento médico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Infelizmente, os maus tratos a que são submetidos os presos e cidadãos comuns realizados por policiais que, em tese, deveriam preservar a ordem pública segundo dispositivo constitucional, ocupam os noticiários estaduais como torturadores. Do exposto, e tendo em vista a urgência e relevância em se averiguar as denúncias apresentadas, haja vista que vidas humanas estão sendo submetidas a tratamento aviltante, solicitamos o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, 10 de maio de 2004

Deputado PROMOTOR AFONSO GIL
PDT/PI